

# Justiça reavalia e libera privatização da Corsan

**CARLOS ROLLSING**

carlos.rollsing@zerohora.com.br

O Poder Judiciário acatou pedido de reconsideração feito pelo governo estadual e autorizou, ontem, a continuidade do processo de privatização da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). O sinal verde foi emitido menos de 24 horas antes do horário marcado para a entrega das propostas por investidores privados interessados na aquisição, com preço mínimo de R\$ 4,1 bilhões.

A apresentação dos envelopes, contendo uma série de documentos comprobatórios, irá ocorrer hoje na B3, bolsa de valores sediada em São Paulo, das 9h às 12h. Na sequência do cronograma de privatização, segue agendada para o dia 20 a sessão de abertura das propostas e lances de viva-voz, ocasião em que os interessados competirão apresentando maiores valores pela compra da Corsan.

– Está tudo mantido. Tínhamos convicção de que foi conduzido com lisura e transparência. Isso é reconhecido nessa decisão de revisão – afirma o chefe da Casa Civil, Artur Lemos.

Ele disse que, no momento, não é possível avaliar se o vaivém jurídico, às vésperas dos atos de privatização, terá força para gerar instabilidade capaz de afastar investidores.

– Só vamos poder responder a essa pergunta no dia 20 de dezembro. Temos convicção de que é o melhor caminho, seja pela prestação do serviço ou pela preservação ambiental. Jogamos esgoto não tratado em rios e mananciais – sustenta Lemos.

No dia 9 de dezembro, o desembargador Alexandre Mussoi Moreira concedeu liminar suspendendo o processo de privatização da Corsan, atendendo ação do Sindiágua-RS. O argumento foi de que a Constituição estadual contém a determinação de que o Estado tenha estrutura para executar serviços de saneamento, o que ficaria descoberto com a venda total da Corsan.

O Piratini apresentou pedido de reconsideração afirmando que criou a Divisão de Saneamento (Disan), órgão da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, que seria capaz de coordenar a política estadual de saneamento mesmo com a alienação da Corsan,



Em julho, Piratini optou pela estratégia de venda integral da empresa

entre outros argumentos. Mussoi reviu sua posição inicial e autorizou a continuidade do negócio. “Todo o processo de desestatização da Corsan vem sendo conduzido sem que tenha sido constatada qualquer irregularidade”, justificou o magistrado, citando ainda a aprovação de lei em 2021 cujo texto permitiu ao Estado tomar as medidas de privatização.

Embora tenha autorizado a entrega das propostas e as suas aberturas, com a disputa por lances, Mussoi manteve “vedadas provisoriamente” as etapas finais, como a assinatura do contrato de compra e venda e a efetiva transferência acionária. Isso somente deverá ser liberado após análise de mérito do recurso judicial.

## Críticas

O Sindiágua-RS, representante dos trabalhadores do setor, avalia a hipótese de apresentar outro pedido de reconsideração judicial. A entidade também busca medidas junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). Na esfera política, está sendo planejada uma greve dos servidores da Corsan entre 23 de dezembro e 2 de janeiro, mas ainda não é possível avaliar o eventual nível de adesão. A paralisação terá de ser aprovada no colegiado do Sindiágua-RS.

A organização tem uma série de críticas à privatização. Uma das principais justificativas para a venda é a necessidade de alcançar índice de 90% de coleta e tratamento de esgoto até 2033, conforme definição do novo marco do saneamento.

Atualmente, as economias fatuadas de esgoto da Corsan alcan-

çam 19% do todo. O sindicato afirma que, se somadas as parcerias público-privadas (PPPs) feitas na Região Metropolitana, as obras em andamento e os investimentos do programa Solutrat, a Corsan poderia chegar em período breve ao indicador de cerca de 77% em coleta e tratamento.

– Vai ser vendida para alguém que terá de fazer 13% das obras de esgoto. Vai ser um baita negócio para a empresa privada – diz Arilson Wunsch, presidente do Sindiágua-RS.

Político de confiança do governador reeleito Eduardo Leite, Lemos rebate:

– O Solutrat não é de agora. Por que não foram feitos os investimentos necessários? Precisa de, no mínimo, R\$ 13 bilhões. Não é com essa gama de serviços que o sindicato alega que chegaremos ao universo de 90% (de tratamento e coleta de esgoto).

O Sindiágua ainda afirma que, nos próximos 20 anos, a Corsan tem R\$ 117 bilhões de receita para receber dos seus 307 contratos ativos com municípios. Wunsch repete que o negócio será melhor para o investidor, que terá de desembolsar valor mínimo de R\$ 4,1 bilhões, sem contar os ágios dos lances. Lemos, mais uma vez, rebate pelo Palácio Piratini.

– Por que não trazem também a despesa desse período? Por que não trazem o cerca de R\$ 1 bilhão em despesas trabalhistas? Ou os R\$ 2 bilhões em dívidas com a previdência? Os dados desfavoráveis não são trazidos. Isso não é bom. Parece que querem depreciar o ativo – lamenta Lemos, citando ainda distorções administrativas que existiriam dentro da Corsan.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

**Seção:** Desestatização **Página:** 10